


Alfabetização como um contributo para a inclusão socioeconómica: Caso de um grupo juvenil do Namibe, Angola

 <https://doi.org/10.56238/sevened2024.014-015>

Teresa de Jesus Portelinha Almeida Patatas

Grau académico: Doutorada em Ciências da Educação e pós-doutorada em Educação Comparada.

Instituição académica: Universidade do Namibe, Angola.

Afiliação: Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento (CeIED), Universidade Lusófona, Portugal.

E-mail: teresapatatas.angola@gmail.com

RESUMO

Uma juventude escolarizada é de vital importância para o futuro de Angola. O analfabetismo juvenil é um dos obstáculos para uma maior inclusão socioeconómica. O país aposta na intensificação da alfabetização tendo como alvo a erradicação deste obstáculo complexo e de múltiplas causas (históricas, económicas, sociais, culturais, políticas, etc.). Este estudo tem como objetivo mostrar como a alfabetização está a transformar as perspetivas de inclusão socioeconómica de um grupo de jovens na província do Namibe. Fez-se uma pesquisa bibliográfica e documental. Tratou-se de um estudo de caso dum grupo juvenil do Namibe, Angola. Na fase empírica, aplicou-se, em novembro de 2021, grupos focais a 22 jovens (13-18 anos de idade) numa turma de iniciantes na alfabetização, em Moçâmedes (município-sede). Os resultados mostraram se tratar do anseio de “alfabetismo funcional” para a aquisição de conhecimentos considerados necessários para poder funcionar socioeconomicamente neste contexto. Estes jovens, anteriormente excluídos do sistema escolar, sentiam-se discriminados socialmente, vítimas de preconceitos e de alguma agressão verbal. Resolveram iniciar os estudos para modificar essa realidade. Apesar das paupérrimas condições infraestruturais escolares estão motivados e “mais felizes”. Acreditam que esta aprendizagem aumentará a sua inclusão socioeconómica naquele contexto específico.

Palavras-chave: Analfabetismo juvenil, Alfabetização, Inclusão Socioeconómica, Angola.



1 INTRODUÇÃO

A educação é de suma importância para o desenvolvimento sustentável dos países. A Agenda 2030 das Nações Unidas (assinada em 2015) coloca o prazo de 2030 para o cumprimento do Objetivo 4 para o Desenvolvimento Sustentável (ODS-4): a educação de qualidade, “que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes”¹, acrescenta a garantia de que até esse ano uma substancial proporção de adultos sejam alfabetizados.

Segundo Silvestre (2003) a educação faz evoluir o homem e o mundo, no entanto a tarefa de educar é difícil. A dificuldade está na complexidade do processo que envolve múltiplos fatores condicionantes, nomeadamente os socioeconómicos, os contextos culturais, ou mesmo os políticos.

Angola é um país africano pós-conflito e em desenvolvimento. O país tem uma população jovem, segundo o Censo 2014 (INE, 2016), 65% tem idade entre os 0 e 24 anos (47,2% idades entre 0-14 anos e 50,3% tem entre 15-64 anos). Uma juventude escolarizada é de vital importância para o futuro de Angola. Ainda de acordo com o Censo, apenas 77% da população entre 15-24 anos sabe ler e escrever (84% homens e 70% mulheres), 25% não tem o Ensino Primário concluído (INE, 2016). O analfabetismo juvenil é um dos obstáculos para uma maior inclusão socioeconómica da juventude deste país.

Este estudo tem como objetivo mostrar como a alfabetização está a transformar as perspetivas de inclusão socioeconómica de um grupo de jovens na província do Namibe, uma província localizada no litoral sul do país.

Para a realização deste alvo fez-se uma pesquisa bibliográfica e uma documental. Trata-se de um estudo de caso. Esta pesquisa tem um enfoque qualitativo. Na fase empírica, aplicou-se, em novembro de 2021, grupos focais a um grupo de jovens iniciantes na alfabetização, numas instalações escolares precárias num bairro pobre. Foca-se o estudo apenas em Moçamedes, escolhido entre os demais municípios da província do Namibe por ser o município-sede e consequentemente o mais populoso (segundo o Censo 2014, cerca de 60% da população namibense reside ali).

2 ANALFABETISMO E ALFABETIZAÇÃO

O analfabetismo em Angola tem causas históricas, pois devido às políticas educacionais coloniais o povo comum tinha pouco acesso à educação. Após a independência, como era expectável, a situação nacional estava difícil em todas as áreas, havendo grande atraso ao nível do desenvolvimento económico, social e educacional.

No âmbito da educação, entre outras consequências negativas, Angola herdou do regime colonial português uma taxa de analfabetismo literal estimada em 85% da população economicamente ativa (Plano Estratégico para Revitalização da Alfabetização - PEPR, 2012). A campanha de

¹<https://unric.org/pt/objetivo-4-educacao-de-qualidade-2/>

alfabetização em Angola começou em 1976. Todavia, uma guerra civil posterior à independência veio dificultar os alvos dessa campanha.

O país está em paz desde 2002, no entanto a guerra deixou marcas que ainda dificultam o sucesso desejado da alfabetização. Em 2005 o Ministério da Educação de Angola reconheceu a existência de atrasos educativos sendo na altura, na África Subsaariana, “um dos países com as mais elevadas taxas de analfabetismo literal e de subescolarização, facto que condiciona o processo de recuperação e estabilização económica e de desenvolvimento” (p. 4). Em 2019, um em cada quatro angolanos não sabia ler e nem escrever.

Segundo o Decreto Presidencial nº 257/19 de 12 de agosto (2019):

O analfabetismo em Angola não é apenas um problema residual herdado do passado (suscetível de tratamento emergencial ou passível de superação mediante a simples sucessão geracional). Trata-se de um problema atual e complexo, que exige a implementação de políticas públicas consistentes, duradouras e articuladas a outras estratégias de desenvolvimento económico, social e cultural (p. 5041).

A alfabetização em Angola tem como base este Decreto Presidencial (nº 257/19 de 12 de agosto) alinhado ao PDN – 2018 – 2022, que na base teve três projetos, designadamente: erradicação do analfabetismo em Angola; redução do atraso escolar no Ensino Primário e Secundário; e a formação profissional e orientação vocacional. Destes projetos ainda não se tem os resultados.

Para além das causas históricas, há também outras que complexificam o fenómeno do analfabetismo nacional como as económicas, as sociais, as culturais e as políticas, etc. Por exemplo: em 2020, 4 milhões de cidadãos perderam as aulas de alfabetização devido à pandemia da Covid-19. Sobre as políticas, pode-se referir que “apesar do esforço nacional, a afetação de recursos do orçamento destinado ao sector da educação, ao combate ao analfabetismo e à alfabetização de jovens e adultos é ainda inferior a metade do recomendado internacionalmente nesta área” (Freitas, 2014, s. p.).

O Estado angolano aposta na intensificação da alfabetização tendo como alvo a erradicação do analfabetismo. Alfabetizar torna-se um imperativo nacional. Para Soares (2003) o termo restrito de alfabetizar, como ensinar a ler e a escrever, está a ser repensado, pois ultimamente tem-se dado um significado mais abrangente à alfabetização como um processo permanente para toda a vida, indo mais além de aprender a ler e a escrever. No mesmo sentido, Freitas (2014, p. 5) refere que atualmente “a alfabetização é entendida não enquanto conceito único, mas enquanto conceito plural, uma vez que se tornou evidente que ela serve a propósitos múltiplos e é adquirida de diversas maneiras”.

No contexto educacional o executivo angolano considera a alfabetização “um fator preponderante para o desenvolvimento sustentável do país” (Decreto Presidencial nº 257/19, de 12 de agosto, p. 5040). Para o Estado angolano “parece ser consensual que a educação, ainda que em seu nível mínimo de alfabetização, é condição fundamental e indispensável para a dignidade plena dos

cidadãos e para o desenvolvimento humano e sustentável do país.” (Ministério da Educação, 2005, p. 4).

É pertinente esclarecer que, conforme a Lei nº 32/20 de 12 de agosto (2020), a alfabetização faz parte do Ensino Primário de Adultos e corresponde às 1ª e 2ª Classes, a partir dos 15 anos e a Pós-alfabetização, corresponde da 3ª à 6ª Classes e é frequentada a partir dos 17 anos (Artigo 55º).

O Plano de Ação para a Intensificação da Alfabetização Educação de Jovens e Adultos - Plano EJA-Angola 2019-2022 surgiu para a implementação das políticas do Executivo para o desenvolvimento económico-social, nas quais o combate ao analfabetismo constitui um dos grandes pilares.

Em 2017 a Taxa de Alfabetização de Jovens e Adultos, maiores de 14 anos, foi de 75,3% e tinha como meta para 2022 ser de 82,8%, nesse caso o índice de analfabetismo baixaria para 17,2%. Aguardam-se os resultados do Plano EJA para se poder analisar a eficácia do mesmo.

3 RESULTADOS EMPÍRICOS

Segundo Gondim (2003, p. 145), “assistiu-se nas duas últimas décadas a um crescimento expressivo da utilização de grupos focais em pesquisas de diversas disciplinas científicas”. Na parte empírica deste estudo de caso dum grupo juvenil do Namibe, seguiu-se esse rumo e realizaram-se, em novembro de 2021, grupos focais a 22 jovens (14 rapazes e 8 meninas), entre 13 e 18 anos de idade, constituintes de uma turma de iniciantes na alfabetização em instalações com estruturas precárias num bairro pobre, em Moçâmedes.

Morgan (1997, citado por Gondim, 2003, p. 151) define grupos focais como “uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. Como técnica, ocupa uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade”. Pode ainda “ser caracterizada também como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos (Veiga & Gondim, 2001, citados por Gondim, 2003, p. 151). Utilizou-se essa técnica qualitativa de recolha de dados para se compreender melhor as percepções da realidade da alfabetização segundo a perspectiva destes jovens.

Os resultados mostraram que se trata do anseio de “alfabetismo funcional”, pois o principal alvo é a aquisição de conhecimentos considerados pelo próprio grupo como necessários para poder funcionar socialmente neste contexto específico.

Estes jovens, excluídos do sistema escolar, nunca frequentaram a escola. Disseram sentir-se discriminados socialmente, assim como vítimas de preconceitos e até de agressão verbal, entre outras atitudes negativas pelo fato de serem analfabetos. Decidiram iniciar os estudos nesse ano para alterar



essa triste realidade. Apesar das poucas condições infraestruturais escolares estão motivados a aprender e sentem-se “mais felizes” com aquilo que já conseguiram alcançar.

Os jovens afirmam que esta aprendizagem lhes trará: um aumento na autonomia pessoal; maior participação socioeconómica; um meio para a inserção do mundo do trabalho; melhor salário para incrementar as baixas condições económicas familiares e, também, obter bases para o Ensino Médio (condição mínima para alguns empregos). Acreditam que conseguirão a aquisição de práticas sociais consideradas cruciais para o grupo, como: saber fazer bem o troco; não ser enganado financeiramente; ler documentos importantes (sobretudo as notícias, as legendas dos filmes e dos documentários, os SMS, as receitas, as prescrições e as indicações médicas, entre tantos outros); saber assinar e também saber o que se está a assinar; ajudar os irmãos mais novos nas tarefas escolares; etc.

Ao referirem os benefícios esperados mostravam convicção nessa possibilidade e esperança num futuro mais promissor após o processo de alfabetização, que, dizem, já viram “ser um pouco difícil, mas não impossível”.

4 NOTA CONCLUSIVA

O Estado angolano considera o combate ao analfabetismo como um grande pilar para o desenvolvimento económico e social do país. Este estudo teve como objetivo mostrar como a alfabetização está a transformar as perspetivas de inclusão socioeconómica de um grupo de jovens na província do Namibe.

Os resultados empíricos mostraram se tratar da vontade de um “alfabetismo funcional” para os jovens, isto é, ter conhecimentos considerados por eles como necessários para poder funcionar socialmente neste contexto local, neste município em particular, na província do Namibe e num país pós-conflito em desenvolvimento. Vimos aqui, neste caso, a alfabetização (juvenil) considerada como um importante contributo para uma maior inclusão socioeconómica em Angola.

Os resultados deste estudo de caso dum grupo juvenil do Namibe, apesar de singelos, podem contribuir para uma reflexão sobre alguns pontos desta temática.



REFERÊNCIAS

Decreto Presidencial nº 257/19 de 12 de agosto (2019). Aprova o Plano de Ação para a Intensificação da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos – Plano EJA – Angola 2019-2022. Diário da República I Série – nº 103.

Freitas, D. E. G. D. (2014). *O Combate ao Analfabetismo em Angola desde o Acordo de Paz (2002): alfabetização e os seus constrangimentos no meio rural* (Dissertação de mestrado - Master's thesis, ISMT – Instituto Superior Miguel Torga).

Gondim, S. M. G. (2003). *Grupos focais como técnica de investigação Qualitativa: Desafios metodológicos 1*. Paidéia, 2003,12(24), 149-161.

Instituto Nacional de Estatística - INE (2016). *Recenseamento geral da população e habitação. Resultados definitivos. Censo 2014*. Autores

Lei nº 32/20 de 12 de agosto (2020) - Lei que altera a Lei nº 17/16 de 7 de outubro – Lei de bases do sistema de educação e ensino – Diário da República I Série – nº 123.

Ministério da Educação (2005). *Estratégia de alfabetização e recuperação do atraso escolar, 2006 – 2015*. “Angola alfabetizada, Angola desenvolvida”. Autores.

Ministério da Educação (2012). *Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização*. PEPR. Autores.

Silvestre, C. A. S. (2003). *Educação/formação de adultos: como dimensão dinamizadora do sistema educativo/formativo*. Piaget.

Soares, M. (2004). Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, 25, Jan/Fev/Mar/Abr, 2004, 5-17.